

Gente

que gosta de gente

Justiça Restaurativa na busca por relações
HUMANAS, DIALÓGICAS E VERDADEIRAS.







Fotos: Leonardo Rogerio

Design: Milá Bottura Dias

PREFÁCIO

A força do diálogo em Santa Cruz

Fernanda Candeias Guimarães

Gerente de Relações com a Comunidade da Ternium Brasil

Com desafios estruturais, o bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, apresenta os mais baixos percentuais (7,9%) de população maior de 18 anos com o Ensino Médio completo (a média da cidade é de 27,7%); concentra a segunda maior população (26,3%) de jovens fora do mercado de trabalho e de instituições educacionais. Está na região da cidade com maior tempo médio de deslocamento entre casa e o trabalho (57 minutos); a pior taxa de desocupação (9,4%); e mais alta taxa de informalidade (35%), de acordo com dados da ONG Casa Fluminense.

Desde o Censo de 1970, Santa Cruz já aparecia como a região da capital fluminense com o maior percentual de pessoas abaixo da linha da miséria (R\$ 230 por pessoa por mês): 45,2%, revela pesquisa de Marcelo Neri (pesquisador da FGV). O último Censo, de 2010, mostra que o bairro continua a sofrer drasticamente com o problema, com 17,6% das pessoas abaixo da linha da miséria. Neste território está instalado o complexo siderúrgico Ternium, no distrito industrial.

Com tecnologia de ponta, a Ternium emprega 10 mil pessoas, sendo 4 mil diretamente, e produz, com o que há de mais moderno em tecnologia industrial aplicada, 15 mil toneladas de placa de aço de alta qualidade por dia.

Em Santa Cruz desde setembro de 2017, a Ternium opera com alto nível de sofisticação, segurança e compromissos ambiental e social, atendendo indústrias no Brasil, EUA, México e Europa. A empresa traz para o território valores do Grupo Techint, que acredita em indústria e comunidade crescendo juntas.

Desenvolvimento Sustentável é um valor fundamental do negócio. A Ternium atua localmente construindo pontes (sólidas como o aço)

entre a excelência industrial e o território. A estratégia é dar foco à educação. Os projetos sociais desenvolvidos pela Ternium beneficiam em 2018 diretamente 6.698 pessoas, sendo 25.514 indiretamente.

A empresa investe no Ensino Fundamental, mantém projetos de reforço escolar, dá ênfase a iniciativas no Ensino Médio e apoia a qualificação de jovens que querem ingressar nas universidades. No Ensino Superior, investe em pesquisa e mantém e constante relação institucional com as faculdades.

A empresa tem visão de longo prazo, conhece o território, reconhece os enormes desafios que precisam ser superados para gerar qualidade de vida e atua proativamente, por meio de parcerias com a comunidade, com o poder público e com a iniciativa privada, para transformar a realidade local. Nossas iniciativas promovem o compromisso com a educação, o desenvolvimento, as boas práticas, a excelência, a boa convivência e a cultura de paz.

Este é o contexto do pioneiro projeto de Justiça Restaurativa que a Ternium levou para Santa Cruz. Para realiza-lo, foi criada uma parceria inédita com o sistema de Justiça a partir de metodologia aplicada pelo Laboratório de Convivência.

Comunidade, instituições do território e a empresa atuaram juntas para gerar redes de diálogo capazes de restaurar nas pessoas o sentimento de justiça: que não é uma atribuição exclusiva do Poder Judiciário, mas pertencente a cada um de nós.

Cinco núcleos (Assistência Social, Comunidade, Educação, Saúde e Sistema de Justiça) foram criados para facilitar a busca por soluções coletivas capazes de evitar atos violentos e diminuir a judicialização.

Os resultados não demoraram a aparecer. O núcleo de educação, por exemplo, reuniu no auditório da Ternium pela primeira vez 200 gestores de escolas municipais e estaduais para debater a violência nas escolas da região.

A meta, agora, é buscar a autonomia, ampliar a rede de instituições e fortalecer o diálogo em Santa Cruz. A Ternium seguirá investindo na consolidação da Justiça Restaurativa no território.

SUMÁRIO

Introdução - 9

Justiça Restaurativa: Desvelando humanidades - 11

Investigação e produção de conhecimento:
entra em cena a Justiça Restaurativa¹ - 13

Justiça Restaurativa: no centro, o ser humano e sua humanidade - 15

Então não é preciso mais ter o Sistema de Justiça? - 18

Justiça Restaurativa ou um Tribunal Circular - 19

Por que realizar um projeto de Justiça Restaurativa? - 25

Metodologia - 27

Mudanças de cultura na convivência - 38

Cultura de Responsabilidade - 40

Diálogos sociais - 43

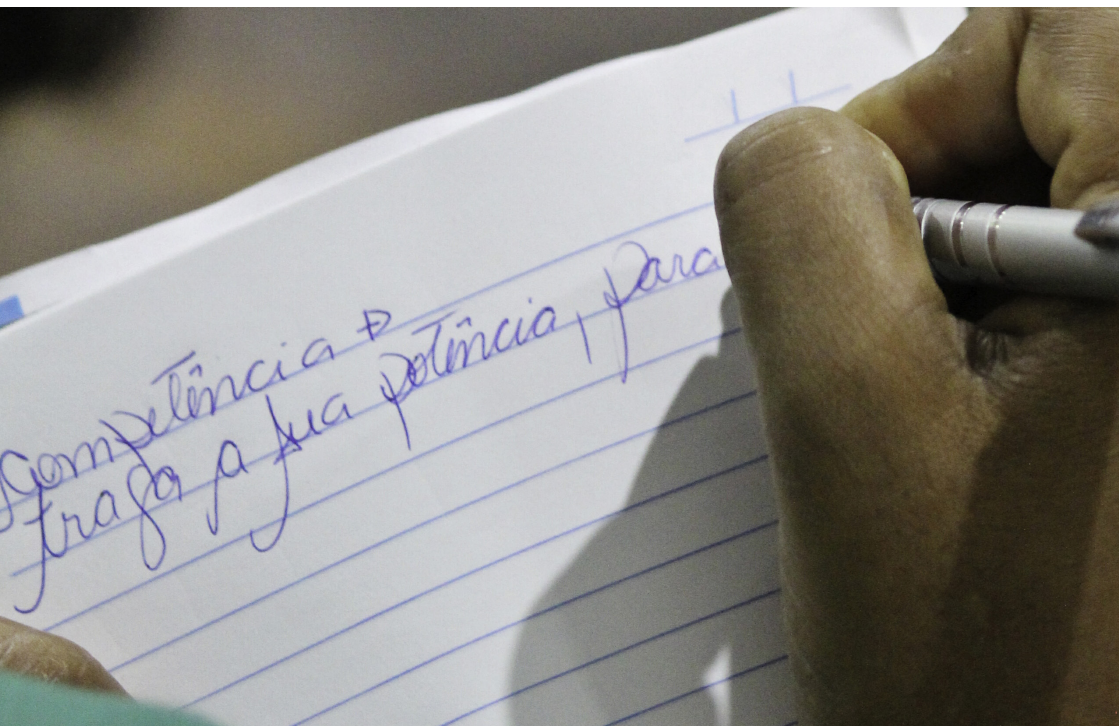
1. Alguns trechos dos tópicos **Investigação e produção de conhecimento: entra em cena a Justiça Restaurativa** e **Justiça Restaurativa: no centro, o ser humano e sua humanidade** foram retirados da apostila do curso de introdução à Justiça Restaurativa do Laboratório de Convivência. Vale ressaltar que estas concepções teóricas trouxeram as referências para o desenvolvimento do projeto e nas experiências anteriores criaram contorno importantes para a implementação e sustentabilidades da proposta.

INTRODUÇÃO

Gente que gosta de gente... gente que se interessa por gente... gente que gosta de opiniões diferentes... gente que acha fundamental ouvir a outra gente... gente que se importa com gente... gente de todo tipo de gente que quer se misturar e pensar sobre um mundo que gente cabe no mundo de toda gente.



Este é o propósito do projeto de Justiça Restaurativa, que está em curso em Santa Cruz, bairro carioca, com o apoio da Empresa Ternium. Sua 1ª etapa foi implementada e esta publicação visa contar os marcos deste percurso.



Com certeza, um caminho que convidou pessoas a estar em relação. Primeiro, consigo, refletindo sobre seus pensamento, crenças, opiniões e modelos mentais; sua forma de estar no mundo; e, fundamentalmente, entrando em contato com seus sentimentos e suas necessidades. O aprendizado de outras maneiras de lidar com as potências e fragilidades humanas. E na sequência, com outras pessoas, fazendo os mesmos exercícios de investigação sobre a importância de conviver e estar conectado, criando vínculos que transforme, cada vez mais, a experiência humana em uma valiosa busca por uma justiça que seja vista como valor e crie contornos orientadores para as relações dialógicas e verdadeiras.

Este projeto tem fundamentalmente o propósito de criar espaços protegidos para o diálogo e a reflexão. Conversar para pensar junto. E, a partir disso, construir outras realidades, que visam a compreensão sobre corresponsabilidade – responsabilidade individual e coletiva.

O que está no centro é a convivência, o encontro com o humano que há em todas as pessoas, considerando sua singularidade e sua unicidade. E, em ato contínuo, o encontro com o diferente, a diversidade e as incoerências que também habitam as pessoas. A possibilidade de enxergar e lidar com as contradições e as belezas humanas.

No misturar deste conviver, as relações se constituem e são importantes oportunidades para aprendermos sobre nós e sobre nossa convivência.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: DESVÉLANDO HUMANIDADES

Há muito que a humanidade vive crises e situações de violências. Há tempos busca compreender caminhos que possam reverter problemas decorrentes dos impactos destas experiências. A Justiça é um tema caro e que desperta muitas inquietações e contradições.

Muitas vezes, as pessoas definem Justiça a partir de relatos que descrevem experiências de injustiça. O que aconteceu que experimentar justiça foi para tão longe do dia a dia do ser humano?

Diante das impossibilidades, os sentimentos e as necessidades vão se manifestando, cada vez mais, de forma violenta e descontraída.

Recorrer aos recursos internos para se lidar com a situação são esquecidos e prevalece a vontade de ter razão e vencer o suposto oponente.

Justiça inúmeras vezes é confundida com a definição de vingança.

Dicionário on line de português:
Ação de se vingar, de causar dano físico, moral ou prejuízo a alguém para reparar uma ofensa, um dano ou uma afronta causada por essa pessoa. Ato retaliativo contra quem seria o causador de uma ofensa ou de um prejuízo. Qualquer tipo de punição, castigo; tudo o que pode castigar ou causar sofrimento: a prisão foi uma vingança por seus crimes.

Assumir um conflito é algo mais difícil do que se possa imaginar. Há uma facilidade em racionalizar, esconder e driblar os sentimentos. Entrar em contato com tantas perspectivas sobre o mesmo assunto, por vezes, é assustador. Criam-se defesas e estas normalmente levam as pessoas para longe umas das outras e, por consequência, de si mesmo. Existe uma grande armadilha neste momento: encontrar a resposta para os conflitos e ou violências no outro.

CONFLITO: O QUE NOS ENSINA

Pensar sobre a nossa condição de ser humano

Descobrir o nosso potencial criativo

Aprender a reconhecer sentimentos

Expressar tais sentimentos nos conectando com nossas necessidades mais verdadeiras e legítimas.

Quando se entra em contato com situações onde há desencontros, confusões, ou seja, conflitos e violências, nossa humanidade é tocada. Mesmo que não seja uma situação que diga respeito diretamente a pessoa, sabe-se reconhecer tais sentimentos por fazerem parte da constituição humana. A humanidade de cada um é exercida com suas potencialidades e fragilidades, como o que há de melhor e o pior diante

do que se sente e experimenta. Não há humanos isentos de sentimentos difíceis e produtores de violências. Há humanos que, por desvelar isso dentro de si, aprendem a transformar suas fragilidades em potencialidades.

Por isso, lidar de forma circular com conflitos e violências tem sempre um aspecto educativo para todos os envolvidos, mesmo aqueles que estão indiretamente ligados ao fato. Tem um potencial criador de outras perspectivas e possibilidades, com isso podem inaugurar outro tipo de convivência.

No livro “Justiça, o que é fazer a coisa certa”, Michael J. Sandel apresenta a três ideias em torno da Justiça: aumentar o bem-estar; respeitar a liberdade; e promover a virtude.

Nos casos que chegam em quantidades absurdas no tribunais de justiça, quando a Justiça Restaurativa passa a ser uma possibilidade, resgata

o cerne da questão e coloca como tarefa coletiva a busca por combinados que efetivem a transformação da questão. Sem sombra de dúvida, faz parte da essência humana a convivência e o compartilhar de situações e tudo que vem junto.

Pode, também, fazer parte estabelecer maneiras dialógicas que busquem, em sua essência, o bem estar individual e coletivo; o exercício efetivo do respeito à diversidade humana, tão plural e complexa, reconhecendo-se assim a riqueza da experiência humana; e as possibilidades para que as pessoas escolham construir relações virtuosas.

Assumir que as relações ainda são construídas com concepções autoritaristas e pouco dialógicas nos convida a refletir profundamente como construiremos redes de relacionamentos – aqueles mais íntimos e também os mais distantes.

A justiça precisa ser vista como um valor que orienta e dá contorno as relações.

INVESTIGAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: ENTRA EM CENA A JUSTIÇA RESTAURATIVA¹

A Justiça Restaurativa nasce da insatisfação, do cansaço de ver que os procedimentos habituais apresentam resultados pouco efetivos na mudança de comportamentos e, principalmente, da constatação de que as situações recorrentes de atos violentos têm, em sua essência, uma complexidade maior do que realmente se cuida quando o controle sobre o outro é a forma escolhida.

1. Alguns trechos dos tópicos **Investigação e produção de conhecimento: entra em cena a Justiça Restaurativa** e **Justiça Restaurativa: no centro, o ser humano e sua humanidade** foram retirados da apostila do curso de introdução à Justiça Restaurativa do Laboratório de Convivência. Vale ressaltar que estas concepções teóricas trouxeram as referências para o desenvolvimento do projeto e nas experiências anteriores criaram contorno importantes para a implementação e sustentabilidades da proposta.

APRENDER A

SER



Quando surge, na década de 70, inicialmente no Canadá e na Nova Zelândia, mostra a sua força e, ao mesmo tempo, sua fragilidade. É polêmica desde seu nascimento. Alguns acreditaram nessa forma e seguiram-na, a ponto de ela ter chegado em nosso país, na virada do século, no ano de 2004, com três importantes experiências piloto, no Rio Grande do Sul, em Brasília e em São Paulo.

Como tem no seu DNA a experimentação e a abertura para que todos que se envolvem com ela possam trazer suas contribuições para torná-la mais viva e coerente, nos três lugares obtiveram-se contornos distintos, mas sempre com o compromisso de não a descaracterizar. Em Brasília, sua aplicação foi com adultos; no Rio Grande do Sul, com jovens em cumprimento das medidas sócio educativas e, em São Paulo, com jovens no processo de conhecimento nas Varas Especiais da Infância e da Juventude e em parceria com a Educação.

Depois desses lugares, muitos outros aderiram e foram buscando formas de concretizar os princípios e valores contidos nessa outra maneira de fazer justiça, que é, na sua essência, social.

Há, neste momento, uma expansão significativa da Justiça Restaurativa e, com isso, mais conhecimento e mais desafios.

É importante ressaltar que os desafios sempre foram e ainda são muitos. Há divergências de opiniões, compreensões distintas sobre o mesmo ponto, dúvidas sobre sua validade e legitimidade e modos diversos de aplicação.

Talvez, se a maior preocupação dos envolvidos, desde sua concepção nos diferentes países, fosse engessá-la e torná-la mais palpável com determinações rígidas e ricas em orientações procedimentais, a Justiça Restaurativa já tivesse um escopo definido. No entanto, se as possibilidades de investigação sobre sua real potência na resolução de questões, que transita de uma esfera relacional dos conflitos e violências até os aspectos sociais da convivência humana, não tivessem sido uma marca, essa proposta já teria sucumbido a predeterminações reducionistas e estaria encaixada aos sistemas vigentes que compõem as instituições e a sociedade.

A Justiça Restaurativa sobreviveu por causa da busca de muitas pessoas por compreendê-la melhor, achar, nas dúvidas sobre suas aplicações e viabilidade, a sua identidade, inclusive legal, e retirar dela o que poderia contribuir com as questões urgentes e prementes sobre as relações humanas.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: NO CENTRO, O SER HUMANO E SUA HUMANIDADE

Lançar mão sobre o controle de comportamentos considerados inadequados, aplicar sanções para aqueles que cometem atos infracionais de menor potencial ofensivo, punições a pessoas que descumprem a lei e exclusão como forma de aprendizado de condições mínimas para o retorno à convivência social mostram pouca efetividade na resolução de questões que fundam originalmente essas práticas.





A Justiça Restaurativa pode ser compreendida como uma filosofia de vida - investigação da dimensão essencial, da natureza do ser, da existência e da própria realidade.

É uma forma de pensar, refletir e investigar sobre a construção das relações em quatro dimensões: a pessoa com ela própria, nas dinâmicas interpessoais, na interação com as funções institucionais e, em uma instância macro, na convivência social. Uma maneira de agir diante dos desafios da convivência, a partir da concepção plena da responsabilidade individual e coletiva.

É composta por um sistema que compreende um conjunto de princípios e valores norteadores para uma convivência pacífica e de ações que (re)colocam em prática a Justiça no cotidiano, aprendendo recursos, habilidades e competências que contribuem com a consolidação das relações nos diferentes níveis - relacionais, institucionais e sociais, tendo como “pano de fundo” a dimensão de si e do outro.

A Justiça Restaurativa demonstra, com práticas ancestrais, que a horizontalidade entre pessoas envolvidas, direta e indiretamente em um ato violento, comunidade e sociedade organizada, por meio de instituições

de garantia de direitos, é um caminho possível, viável, eficiente e justo para efetivação de uma convivência mais participativa e responsável. A justiça assume uma expressão universal, sendo materializada através da harmonização do que deve ser reestabelecido. Extrai soluções dos envolvidos, por meio do diálogo e escuta mútua, considerando necessário um plano de ação, em que haja intenções de se estabelecer um exercício justo para uma nova convivência. Há uma experiência recíproca entre cidadão e Estado, e, na responsabilidade individual e coletiva, encontra formas de uma vivência orientadora para outras construções sociais.

ENTÃO NÃO É PRECISO MAIS TER O SISTEMA DE JUSTIÇA?

O Tribunal de Justiça tem a função social de garantir o estado democrático de direito. Tem como dever estar a serviço do bem comum e da pacificação das relações estabelecidas em diferentes âmbitos, onde a Justiça pode



fazer o papel de apresentar referências norteadoras para construção de relações justa e igualitárias. Para ele, cabe dialogar constantemente com as realidades apresentadas na convivência de uma sociedade.

A Justiça Restaurativa está muito próxima da Constituição Brasileira. Sua essência e seu foco estão presentes na formulação descrita no preâmbulo, que diz: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um **Estado Democrático**, destinado a assegurar o exercício dos **direitos sociais e individuais**, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a **justiça** como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, **com a solução pacífica das controvérsias**, promulgada em nome de Deus”.

JUSTIÇA RESTAURATIVA OU UM TRIBUNAL CIRCULAR



O que motiva pessoas a implementarem a Justiça Restaurativa? A serviço do que está sendo divulgada e disseminada? Há coerência e pertinência em lançar mão dela para que seja vista como um exercício legítimo de relembrar o valor de Justiça?

Atualmente, é inegável dizer que a Justiça Restaurativa já foi comprovada como uma forma eficaz de trazer às pessoas uma possibilidade de compreender, o mais próximo possível, o que significa se empoderar do que ao humano pertence: a competência de reverter experiências injustas.



O trabalho da Justiça Restaurativa é conectar as pessoas a uma experiência profunda e vivencial de Justiça. A força que se apresenta em círculo, que vai muito além de explicações conceituais e procedimentais,



apoia um coletivo, que se reúne para encontrar soluções viáveis e humanas, a recontar uma nova história.

Ninguém se transforma na solidão. Só é possível criar novas percepções quando algo rompido se une novamente. Este religar está na percepção de um outro estado de consciência, que desvela motivações para um outro comportamento.

Uma humanidade adormecida pela dor e pela descrença não pode produzir paz, mas pode disparar processos de aprendizagem potentes, que despertam saberes que foram desconsiderados quando os rótulos e os julgamentos explicam os fatos e, principalmente, aprisiona as pessoas aquilo que as reduz. Justiça é irmã da Liberdade.

Desperta em nós algo de nossa transcendência, algo que ainda poucos têm a coragem de experimentar.

A violência fecha fronteiras. Fecha possibilidades. Lidar com ela é o mesmo que abrir possibilidades efetivas de transformá-la em outras maneiras que não eternizam o comportamento e trazem ações pontuais para situações complexas e enraizadas culturalmente, historicamente e socialmente. Praticar novos atos violentos, de igual ou maior gravidade, tem na sua raiz a crença que a determinação de uma pessoa isenta e distante mudará comportamentos e situações.

Se a violência for definida apenas como um ato, será suficiente lidar com ela empreendendo, apenas um outro ato, como, por exemplo, uma punição. Se ampliada a compreensão sobre sua construção, deve ser percebida como um fenômeno, que necessariamente abarca variáveis que

contribuem para sua formação. Sendo assim, lidar com o fenômeno da violência é assumir sua complexidade e criar maneiras de transformá-la, considerando as causas identificadas nas relações, instituições e sociedade que determinam sua realização e até mesmo sua permanência.

É preciso devolver ao ser humano sua história e dar a chance de ser uma pessoa em movimento constante. É preciso rever os sistemas injustos. É preciso considerar a corresponsabilidade em todos os aspectos que legitimam e perpetuam as dinâmicas violentas. Se isto começa a ser revisitado à luz de princípios humanizantes, os impactos naturais e orgânicos vão mexer, gradativamente, nas grades que engessam os padrões violentos nas relações, nas instituições, por consequência, na sociedade.



Isto se dá no momento que a humanidade é tocada, em um desvelar do que há de melhor, na maneira de estar e ver o mundo.

O círculo acontece em um movimento constante entre a expansão e a profundidade. Este mesmo movimento deve ser recriado quando pessoas pensam sua implementação, expansão e consolidação. Nada é feito sem um interligar. Os círculos e a forma de implementação da Justiça Restaurativa são um conjunto de pensamentos e atividades que “andam juntos”. Há necessidade de elaborar projetos coerentes e que não sejam tão frágeis a ponto de tornar a potência dos procedimentos restaurativos apenas “corpos estranhos” a serem expulsos das instituições, por apresentar outras lógicas e, nem “receitas de bolo” que reproduzem procedimentos e técnicas sem o conhecimento de seus princípios e filosofias.

Os “fios rompidos na rede humana” que se tecem a convivência precisam ser restaurados de maneira a restabelecer os vínculos que sustentam uma nova consciência de comunicação e união.

Levar pessoas para participarem de um círculo, onde objetivo é certificar-se da responsabilidade individual de um ofensor ou ofensora é o mesmo que se criar um círculo para que este, de forma humanizada, seja cenário de um Tribunal Circular.





Criar estruturas que usam a lógica do poder compartilhado para que se possa obter a culpa das pessoas, fere e ofende os princípios do estado democrático de direitos, assim como tira a razão de se buscar formas efetivas para uma mudança de paradigma.

O que se quer em um círculo de construção de paz é muito mais que criar outros procedimentos para se atingir os marcos legais estabelecidos. O que se quer é compreender maneiras de trazer possibilidades a um ser humano que escolhe por sombrear sua existência, fazendo sua estada no mundo um esconderijo.

Neste sentido, para que se possa construir uma verdadeira e legítima mudança de paradigma, onde o convite expresso e explícito, é construir programa sustentável, que considera as realidades intra-institucionais e, a partir delas, significa conceitos, definições e práticas, bem como irradia sua produção de conhecimento para inspirar o diálogo interinstitucional, relata-se a seguir o projeto piloto de Justiça Restaurativa no bairro de Santa Cruz.

Este caminho percorrido com o apoio de inúmeras pessoas e um trabalho constante, árduo e que exige e exige um permanente refletir sobre os processos e, também, um revisitar de posturas pessoais e profissionais.

POR QUE REALIZAR UM PROJETO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA?



1. Porque é urgente aprendermos a conviver considerando a justiça como um valor que traz referência para as relações.
2. Porque precisamos amadurecer como pessoas, evoluir quanto humanidade.
3. Porque precisamos desvelar as violências que habitam em cada um de nós e, também, nossas potências.
4. Porque o ser humano é um ser relacional.

OBJETIVOS GERAIS DA PROPOSTA

Apresentar outras maneiras de estabelecer um diálogo social, buscando nos princípios e valores da Justiça Restaurativa, em seus procedimentos restaurativos e práticas, na lógica interinstitucional,



respostas efetivas para contribuir com um novo paradigma na construção da Paz e, fundamentalmente, na implementação de uma convivência diversa da atual.

Possibilitar aos participantes envolvidos no projeto uma formação introdutória de Justiça Restaurativa e orientação à prática, criando as condições favoráveis para que acessem informações que contribuam com a compreensão sobre Justiça Restaurativa, ampliando seu conhecimento acerca do tema e construindo outros entendimentos sobre as relações pessoais, institucionais e sociais.

Contribuir para que cada integrante possa revisar suas crenças e teorias acerca das questões sobre conflito e violência, possibilitando que percebam o papel do cidadão pautado nos direitos humanos fundamentais e na lógica da inclusão, pacificação e harmonização das relações pessoais e institucionais.

METODOLOGIA

Eixo 1: Criação do Grupo Gestor

- reuniões sistemáticas, criação de fluxos e sensibilização dos participantes

1ª FASE:

Constituir um grupo gestor que envolva representantes do sistema de justiça, da empresa Ternium, dos projetos em curso e articulações comunitárias e da rede de garantia de direitos.

O papel primordial do grupo gestor é apoiar as ações desenvolvidas, criar espaços dialógicos de discussões, participar de reuniões, contribuir na construção de fluxos, sugerir e sustentar o projeto em todas as etapas.

“Compor o grupo gestor de um projeto de Justiça Restaurativa me trouxe o conforto de perceber que todos estamos no mesmo barco. Ninguém está satisfeito com a resposta do que se convencionou chamar de Justiça. Isso porque não é possível sentir-se verdadeiramente justificado quando se tem um direito violado e se submete a solução deste problema à estrutura fria criada pelo Estado para dar os veredictos.



Cada um tem a sua verdade e todas precisam ser ouvidas e consideradas em um sistema que condene a mentalidade da disputa e crie um ambiente favorável a que cada um perceba e exerça o poder que tem. Pois de nada adianta perquirir de quem é a culpa, se todos somos responsáveis pelo que acontece ao nosso redor. Onde está a coerência, então? Está na responsabilização, na implicação e no comprometimento.

E a Justiça Restaurativa, com a simples e poderosa ferramenta do Círculo, nos permite, através de uma escuta atenta de todos os participantes, acolher os sentimentos e necessidades de cada um e, finalmente, estabelecer a conexão entre as pessoas, explorando as diferenças, sem rotulá-las. Assim, chega-se a uma solução construída e não imposta. Portanto, mais efetiva e transformadora da realidade.

O projeto, de maneira visionária, possibilitou que representantes da comunidade e de cada setor sensível da sociedade, incluindo o sistema de justiça, sentassem em círculo, ouvissem uns aos outros e pensassem em fluxos possíveis e consistentes para tratar as mias diversas questões inerentes à convivência.

Com várias etapas e, como tudo, o projeto, um dia, terá fim. Todavia, após todo esse percurso, tenho a certeza de que a semente plantada gerou saborosos frutos. A conexão almejada foi estabelecida e nossa missão ganhou um novo sentido. Um caminho sem volta. Que bom!”

Luciana Carvalho Youssef
Promotora de Justiça

“Fui convidado para integrar o Grupo Gestor de Justiça Restaurativa em Santa Cruz pela juíza Mylene Vassal, como representante da Defensoria Pública. Inicialmente, não entendi muito bem do que se tratava a proposta. Mas com o tempo fui percebendo o potencial do projeto e do grupo que estava se formando. Atuando no sistema de justiça há quase 17 anos como defensor público, tenho sido muito crítico em relação a este sistema. Com o passar do tempo cada vez mais crescia em mim a ideia de que o Judiciário tenta apagar os incêndios que poderiam ser tratados preventivamente, na formação do ser humano enquanto ser social. Percebi que esta formação é deficitária, pois não forma pessoas aptas a compreender e lidar com emoções, não forma pessoas que se percebam como indivíduos que fazem parte de um grande corpo social e que, portanto, se responsabilizam por seu destino, suas escolhas na relação com o outro. A falta desta formação torna o psiquismo humano um campo fértil para a deflagração

da dinâmica da guerra, pois, ao não aprender a lidar com emoções, desejos e necessidades, de si e do outro, as pessoas tendem a reagir aos conflitos através de respostas primitivas, de fuga ou luta. Antes de ingressar no projeto eu já percebia a justiça como valor que se constrói na subjetividade das pessoas, na consciência humana. Ampliando a sua consciência e percebendo que tudo o que faz ao outro repercute em si, o ser passa a construir em si uma concepção relacional de justiça, que reside na ideia básica de equilíbrio e harmonia nas relações que se trava no mundo. Portanto, mais do que falar em termos como “macrojustiça” ou “justiça universal” pareceu-me mais adequado falar em “microjustiça”, ou seja, na justiça que se busca em cada relação, em todas as áreas da vida.

Esta ideia, aliada ao desejo de contribuir para que o senso íntimo de justiça se construa em um número cada vez maior de pessoas, levou-me a desenvolver um trabalho de parceria com os profissionais da área da educação, campo social em que vislumbro o maior potencial do projeto, por trabalhar com seres em formação, que no futuro serão responsáveis pelo mundo social.

A experiência em trabalhar com estes profissionais tem sido muito rica e tem me feito cada vez mais perceber que não basta diagnosticar as causas das mazelas que assolam o mundo. É preciso utilizar os poderes do pensamento e da coletividade para construirmos juntos, através do diálogo, planos de ação que ajudem estimular a evolução da consciência humana e que, conseqüentemente, passem a tornar o mundo um lugar mais justo, mais fraterno e mais pacífico.”

Daniel França Barbosa
Defensor Público

2ª FASE:

Realizar círculos que visam a adesão qualificada ao projeto e o pertencimento acerca da proposta da Justiça Restaurativa.

Vale ressaltar que é fundamental, visando potencializar os recursos financeiros investidos e também o cuidado com as pessoas envolvidas, que a participação ao projeto seja voluntária, para que se possa ser coerente com os princípios da Justiça Restaurativa.

“Justiça restaurativa nas escolas de Santa Cruz

A Justiça Restaurativa sempre se dá a partir de um convite, um convite a pensar e a criar novas formas de viver. Foi assim que comecei a educar o meu olhar para

o mundo das relações e a reconstruir o entendimento da justiça. Desse início até hoje, o diálogo é o foco da aprendizagem para se fazer justiça.

Em dezembro de 2017, a partir de uma parceria da Ternium com o Laboratório de Convivência, participei representando a 10 Coordenadoria Regional de Educação, do 1º Encontro do Grupo Gestor do Projeto de implementação da Justiça Restaurativa em Santa Cruz. O Grupo Gestor tem como objetivo orientar e acompanhar as ações decorrentes da implementação, dando suporte institucional. A primeira ação do Grupo Gestor foi convidar pessoas para a formação de facilitadores/guardiões da JR.

Os facilitadores inicialmente participaram dos Círculos de Pertencimento e, posteriormente, da Formação (fevereiro a maio) com foco no desenvolvimento da convivência justa e pacífica – oficinas teóricas e técnicas e círculos de construção da paz.”

Patrícia Mendonça de Assis
Professor II, Assistente I na 10ª CRE



Eixo 2 - Formação com o foco no desenvolvimento da convivência justa e pacífica - Justiça Restaurativa

Realização de oficinas teóricas e técnicas sobre Justiça Restaurativa e os círculos de construção de paz, totalizando 80h.



“Cada encontro na Casa Ser Cidadão foi um passo na busca de novos significados ou mesmo um revisitar posições adormecidas por um ritmo frenético de dar respostas, a tempo e a hora, às varias situações do cotidiano. O contato com a Justiça Restaurativa é um processo de contato com o nosso interior, com nossas histórias de vida e do que nos faz ser humano para, justamente, lidar com

situações de conflitos e violências, estimulando novas praticas de convivência; de um convívio baseado no diálogo e revisão de relações de poder. É a valorização da PAZ intimamente relacionada com o pertencimento e a responsabilização.

Estamos apaixonadas pela JR, percebendo o seu potencial transformador de relações de poder, de quebra do que esta petrificado... Como e bom estar vivenciando, depois de onze anos na Assistência, o encontro de nos profissionais dos CRAS e CREAS; estamos nos conhecendo, partilhando dificuldades e possibilidades; conhecendo a realidade dos equipamentos que, apesar de pertencer a mesma secretaria, vivenciam particularidades. Nos, profissionais estamos exercitando a nossa amorosidade, a nossa critica e a nossa criatividade como sugeriu nosso saudoso Paulo Freire.”

Núcleo da Assistência Social

Elina Maria de Freitas

Vanessa de Oliveira da Silva

Janete da Motta Teixeira

Margareth Mineiro Lopes

Tatiana Cordeiro Carreiro

Celia Cristina Costa

Creusa Pereira da Silva

Jessica Suednara Ferreira

Fernanda Fernandes Machado

Isabel Cristina Pereira Bispo dos Santos

Marcos dos Santos Neves





“No último período da minha formação de Direito na faculdade Estácio de Sá fui convidado pela coordenação de estágio através da Dra Roberta, para ir participar de uma reunião fato que ocorreu no fórum região de Santa Cruz. Lá, ao chegar, fui recepcionado de forma bem acolhedora por todos que passaram pelo processo para verificar se realmente seguiriam as novas descobertas que estavam para se descortinar.

Pude me identificar com pessoas, quebrar paradigmas e reaprender sob uma ótica plural o conceito de Justiça Restaurativa. Vi minha privacidade invadida por relatos impactantes que me encorajou a me libertar de conceitos concretados por uma visão ofuscada por acompanhar apenas uma linha de ideias porém com riquezas de detalhes e uma pré disposição de aprender a redescobrir novos valores e formas de enxergar o novo. Pude crescer com instruções e diálogos, relatos reais e emoções efusivas que foram derramadas em lágrimas de contentamento por poder ser ouvido e compreendido.

Hoje vejo que desconstruir e desarmar a alma nos leva a crescer como ser humano capaz de ouvir sem julgar e, sobretudo, nos faz exercitar a boa comunicação e praticar a não violência verbal liberando os canais para uma outra comunicação. Minha gratidão por me sentir pertencido a esse grupo maravilhoso de Formação de Justiça Restaurativa.”

Marcos dos Santos Neves
Estudante de Direito da Universidade Estácio de Sá, Unidade Santa Cruz

“A cada dia uma descoberta... assim chegamos ao Curso da Justiça Restaurativa, no território compreendido como AP5.3 (Santa Cruz, Paciência e Sepetiba), no primeiro encontro havia uma incerteza, da proposta apresentada, porém um sentimento de inquietação, que nos motiva a seguir. Seguirão os encontros, novas possibilidades e descobertas, é assim nos conscientizamos que fazíamos parte... do novo. A Justiça Restaurativa, e a descoberta, o resgate... nós mesmos, em um todo. E esse todo, éramos nos mesmos, o ser humano em sua essência. O Círculo de construção da Paz. Agora somos pessoas, guardiões, resgate... somos vida.”

Núcleo de Saúde



“De que forma o projeto transformou o entendimento do conceito de justiça como um valor?”

O Projeto Justiça Restaurativa em Santa Cruz nasce da necessidade de transformar as relações em um cenário social em que a justiça retributiva alimenta o ciclo vicioso da desumanidade. Falando especificamente do contexto escolar, o desafio é buscar respostas alternativas diante de atos conflituosos, no exercício da convivência.

A Escola é lugar de convivência por excelência e pensar justiça no território escolar é pensar sobre um dos pilares da Educação, constante no relatório elaborado para a UNESCO pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI: aprender a CONVIVER.

Assim fomos percorrendo o caminho da formação, modificando o olhar e transitando entre as nossas potencialidades e fragilidades. A justiça passa a ser vista como um valor através da responsabilidade ativa. A justiça, as práticas e abordagens restaurativas têm sido utilizadas para criar um espaço seguro, no qual todos se sintam pertencentes e responsáveis pelo bem-estar dos demais, sem perder de vista a dimensão humana do ser.

Somos convidados a pensar as próprias violências e as presentes nas convivências. O desafio consiste em incluir a todos na resolução do conflito, acolhendo e oferecendo a escuta, envolvendo-os na busca por mudanças de comportamento no espaço escolar, como território em potencial de convivência que implica na qualidade das relações.

Com muita frequência, escola, família e comunidade, além dos próprios alunos e professores, experimentam a violência no contexto escolar. Situações-limite, que se veem sem condições de lidar e que acarretam uma forte pressão para a busca de novas soluções e outros modos de ser, estar e conviver, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades para a resolução de situações conflituosas no espaço escolar.

Bons diálogos nesse processo participativo! Boas reflexões nessa caminhada restaurativa!”

Núcleo de Educação
Patrícia Mendonça de Assis
Ester da Silva Machado Amaral
Glicia Ribeiro Lins
Adriana Silva dos Santos de Paula
Simone Dias da Fonseca de Santana

Eixo 3 - Orientação à prática

Além das horas dedicadas à formação dos participantes, também foram realizadas reuniões e orientação às ações em curso, para dar apoio às atividades a serem realizadas durante o período entre as oficinas.

Este eixo se desenvolveu em 2 fases. São elas a saber:

1º FASE - realização de círculos intrainstitucionais.

2º FASE - realização de círculos de construção de paz, relacionados a diferentes níveis de complexidade; iniciando em situações mais simples para outras que exigem mais técnica e desenvoltura do guardião / guardiã.

“A Justiça Restaurativa faz um convite para que observemos com atenção nossas palavras, atitudes e fazeres, nos colocando em contato com nossas ações e reações automáticas que, por vezes sem intenção, acabam sendo produtoras de violência.



Nesse sentido, foi muito gratificante acompanhar o desenvolvimento de cada guardião e guardiã no processo de implementação de um projeto de Justiça Restaurativa, o que reforça o princípio de que a mudança acontece de dentro pra fora. Muitos chegaram desconfiados e, ao se deixarem afetar pelos princípios e valores da Justiça Restaurativa, fizeram com que Ela passasse a ser parte do seu dia-a-dia.

O maior desafio, sem dúvida, foi cuidar da execução das tarefas sem descuidar das pessoas e das relações. Afinal, esse é outro ponto que a Justiça Restaurativa veio resgatar em uma sociedade que se automatizou em nome de resultados e acabou deixando de cultivar as humanidades pelo caminho.

Um momento que me marcou muito foi um encontro com gestores, no qual os guardiões estavam receosos quanto a boa recepção do projeto e, ao final, receberam abraços emocionados de seus superiores hierárquicos agradecendo a oportunidade de serem ouvidos e acolhidos (algo que talvez nunca havia acontecido em décadas de profissão).

Acredito que um dos maiores aprendizados do processo tenha sido confiar mesmo ante as incertezas, a unir-se ante as adversidades e pensar que se a execução não saiu tal qual planejado, sempre há um par de outras possibilidades a serem exploradas.

Ouvi a construção da paz em seu discurso, por mais que o assunto fosse outro. Nos seus olhos, vi brilhar o desejo genuíno de construir relações justas, onde prevalece o desejo de poder compartilhado, substituindo o poder sobre o outro. Enxerguei no seu sorriso o medo do conflito ir embora aos poucos... senti a coragem de quem se coloca presente não só nas horas agradáveis, mas naquelas em que se torna desafiador olhar no olho, e, mesmo assim, lá estão, sustentando que só não é possível, como é necessário lidar com os desencontros para, a partir disso, transformá-los. Formaram-se Guardiões e Guardiãs de Justiça Restaurativa.”

Roberta da Silva Falleiro
Coordenadora de Projetos do Laboratório de Convivência

MUDANÇAS DE CULTURA NA CONVIVÊNCIA

Mudanças que visam a transformação de um paradigma acontecem quando pessoas são motivadas pela compreensão de um novo significado de questões antigas, tem coragem para assumir as contradições e restabelecer novas bases para uma convivência saudável, que aceita que sentimentos são possíveis de serem expressos, oferecendo um outro entendimento sobre os conceitos e atitudes, que trazem como resultado possibilidades de orientar ações a partir de novos olhares.

Essas mudanças geram novas ações, novas práticas cooperativas, empoderam os agentes para que possam avançar com as mudanças institucionais.



“Chegou bem de mansinho e me inquietou, me enlaçou de forma tão sedutora que me entreguei à dança da escuta e da fala em meio à conflitos, lágrimas e afetos.

Nas descobertas das minhas fragilidades e potencialidades, encontrei algo que julgava estar perdido: Justiça. Mas não uma Justiça punitiva, rancorosa e sem cuidados.

Uma justiça que enxerga a violência como um pedido atrapalhado de socorro.

Essa querida amiga, que tem me acompanhado e deixado marcas profundas, eu reverencio e faço questão de apresentar: Justiça Restaurativa é o seu nome e a construção da Paz, seu sobrenome”.

Simone Dias da Fonseca de Santana
Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Álvaro Valle.



CULTURA DE RESPONSABILIDADE

Coragem para assumir as **contradições** da convivência social e a busca de estratégias que consolidem o **envolvimento** individual e coletivo é urgente. Estamos falando da necessidade de transformar relações.

Criar ambientes relacionais respeitosos é conseguir um espaço protegido para que o humano se apresente. Ou seja, seus sentimentos e suas necessidades e aprender, sistematicamente, a lidar com o que se desvela. E que os ambientes de convivência, em especial, de relações continuadas, possam ser espaço reflexivos, que as pessoas acessem, com consciência, suas dinâmicas relacionais. O que se busca é pertencimento e condição digna para todo ser humano poder existir em sua totalidade, integridade e potência.

Ações interligadas e conectadas em outra lógica para o estabelecimentos dos vínculos sociais trazem a possibilidade das pessoas terem vez e voz.

A Justiça Restaurativa como algo que pertence ao coletivo, que empodera o cidadão e coloca na prática o exercício de direitos e deveres.



“Imaginar que a justiça pode ser exercitada de outra forma, diferente do modo litigante, culpabilizador, burocrático, hierárquico e vertical, tal como vem sendo feito há tanto tempo, é um verdadeiro bálsamo.

Pensar que a justiça não é uma entidade, um prédio, uma instituição, mas sim um valor inerente ao que é humano, do humano, com o humano e para o humano, é um alento.

Encontrar histórias, relatos, e não simplesmente fatos, sentir as emoções, potências e delicadezas de cada indivíduo que compõe a sociedade em que vivemos e com os quais estamos inexoravelmente conectados, queiramos, saibamos, enxerguemos ou não, representa uma descoberta valiosa.

Exercitar o contato com a nossa própria humanidade e também com a do outro, conectados, pertencentes e incluídos em uma única comunidade, é libertador.

Assim é a experiência da Justiça Restaurativa, que nos convida à percepção de que somos responsáveis por tudo que acontece ao nosso redor e, da mesma forma, de que somos responsáveis, todos, pela construção das soluções possíveis.

Os encontros em círculo e o exercício empático da escuta respeitosa e atenta, já revelam importante passo para a mudança de paradigma, para abandonarmos o viés da culpabilização, e avançarmos para a responsabilização, verdadeiro salto que expande para uma sociedade mais solidária.

Esse exercício também nos convida ao resgate e fortalecimento da autonomia, inerente a cada um de nós, e tão renunciada nos últimos tempos, porque facilmente temos delegado a terceiros a solução de nossos conflitos.

Como podemos melhorar as nossas relações, conosco, com o outro, e com as instituições em que estamos inseridos? Esse é o convite, que amorosamente aceitamos ao entrarmos em contato com a Justiça Restaurativa.

As respostas, ainda em construção, sempre em construção porque processo é, serão desenhadas a cada encontro, a cada história e em cada oportunidade de vermos que o poder exercido com o outro, e não sobre o outro, é o mais legítimo e é o único que verdadeiramente faz sentido se pretendemos assumir o protagonismo emancipatório da nossa existência.”

Mylène Gloria Pinto Vassal
Juíza de Direito

NÍVEIS DO CÍRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ

Um círculo pode ter um viés resolutivo e ou preventivo e ou transformativo, conforme apresentado na tabela a seguir.

Estes níveis de desenvolvimento do procedimento restaurativo, em especial, o transformativo necessita de articulações de Rede de Garantia de Direitos ou de representantes de Políticas Públicas, para que a dimensão social possa ser contemplada em sua integralidade.

AS PESSOAS SÃO FORMADAS NA CULTURA E PRODUTORAS DE CULTURA

- ✓ Desigualdades e diversidade – conceitos interpretados e utilizados de formas equivocadas.
- ✓ Soluções reducionistas e deterministas – punição.
- ✓ Justiça como valor – não é experimentada na prática.



- ✓ O significado de conviver – regras, normas e leis que estão a serviço de quem e do que.
- ✓ Como conflito e violência são identificados e resolvidos – banalização das situações.

As instituições, quase sempre, trabalham na lógica da exclusão e punição. Não é possível se perder **a conexão com o diálogo e a responsabilização**.

A possibilidade de transformação se dá no transito entre do **poder sobre** para o **poder com o outro / a outra**.

CONVIVÊNCIAS E SEUS AMBIENTES RELACIONAIS

Ambientes mais propícias a violências

Fiscalização
Controle
Competição
Ideias solitárias

Ambientes com mais possibilidades de relações saudáveis.

Parceria
Colaboração
Cooperação
Ideias co-criadas

DIÁLOGOS SOCIAIS

Um projeto de Justiça Restaurativa busca que pessoas se reúnam em torno de um assunto urgente: o resgate de nossa humanidade e sua potência.

Apresentar os resultados de um percurso que trata de relações, interações, novos paradigmas é ampliar o conceito do que isto significa.

Ações são fundamentais para avaliar a materialização de uma transformação que transita do mundo das ideias para o mundo das realizações.

Quando a proposta original foi elaborada as metas previstas foram:

Até 60 profissionais capacitados nos conteúdos apresentados, atuando em círculos de construção de paz, motivando e envolvendo demais membros da instituição nas atividades que oferecem sustentabilidade e fortalecimento aos procedimentos restaurativos.

Novas formas de resolução de conflito e ou violência, a partir dos procedimentos restaurativos e das mudanças de concepção diante das dinâmicas existentes.



Estas metas foram alcançadas com a formação de 53 pessoas que representam instituições de garantia de direitos e das comunidades locais.

Mas um projeto que se desenvolve abrindo verdadeiros espaços para o pertencimento, autonomia e competência das pessoas supera as metas iniciais.

Para dar sustentabilidade ao programa, foram criados cinco núcleos de Justiça Restaurativa - saúde, educação, assistência social, sistema de Justiça e comunidade.

Os círculos de construção de paz, como uma possibilidade de transformar realidades, foram iniciados.

Foi realizada a Jornada da Educação, onde o Laboratório de Convivência e a Ternium puderam contar com a participação de, aproximadamente, 200 gestores da educação estadual e municipal, com a presença da 10ª Coordenação Regional de Educação (10ª CRE) e da Secretaria Estadual





de Educação (SEEDUC), visando compartilhar os princípios e valores da Justiça Restaurativa.

Como desdobramento, foram realizadas quatro oficinas para gestores da educação municipal e estadual, com o tema “Convivências dialógicas: a arte da transformação”, com o objetivo de apresentar conceitos e reflexões que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades para a resolução de situações conflituosas no espaço escolar. Nesta ocasião foi possível refletir-se sobre uma Educação que prioriza as relações, sentimentos e necessidades.

Nestes encontros, foram realizados 11 círculos de diálogo, desenvolvidos pelas professoras que compõem o Núcleo da Educação, com a participação de 200 profissionais da educação, totalizando com 120 unidades escolares da rede municipal e estadual.

O projeto foi apresentado no 2º encontro de mediação do Estado do Rio de Janeiro e em um evento aberto ao público na Emerj.

O Núcleo da Saúde fez um evento para, aproximadamente, 50 gestores da saúde, da unidade CAP 5.3 e iniciou do projeto piloto na unidade do Décio Amaral, direcionado aos agentes comunitários, conforme descrição a seguir.

“Saúde: cuidando de quem cuida

A Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP 5.3 em parceria com o Projeto da Justiça Restaurativa versa sobre a importância de colaborar com a construção de uma maior conexão entre as equipes das Estratégias da Saúde da Família/NASF e usuários dos Serviços de Saúde. Destaca-se na AP 5.3 a violência urbana, o alto índice de famílias em situação de extrema vulnerabilidade. Esses fatores contribuíram para a necessidade de implantação do Projeto Justiça Restaurativa em nosso Território. Através dos aspectos citados repensamos no acolhimento aos usuários da Saúde e profissionais envolvidos nesse processo.

O presente projeto tem o intuito de contribuir com as equipes de Saúde da Família nas resoluções de conflitos, nos seus mais diversos aspectos de figura humana.

Justiça Restaurativa visa aproximar pessoas da construção da Paz, ela parte do princípio de que nós, seres humanos podemos respeitar valores sociais,

valores do convívio humano, respeito, compaixão, atenção ao próximo, auto responsabilização e responsabilização coletiva.

Durante a fase teórica do JR, elaboramos a ideia “Cuidar de quem Cuida”; pensando em acolher os agentes comunitários de Saúde, frequentemente com uma grande demanda de trabalho, e que são os responsáveis pelo acolhimento inicial aos pacientes que chegam as Unidade de atenção primária de Saúde. De acordo com indicação de nossa Coordenação escolhemos a Unidade CF D. Décio Amaral Filho por questões de dificuldades apresentadas pelos ACSs no setor de acolhimento.

Inicialmente em 28/09/2018 foi realizado um encontro com os gestores das Unidades de Atenção Primária, pertencentes ao nosso Território, visando apresentar o Projeto em busca de aceitação e parceria para realização do mesmo. Foi oferecido um café da manhã. Apresentamos o Projeto, dinâmica de relaxamento, fizemos depoimentos de experiências pessoais dos integrantes do grupo Saúde JR, e círculos com os gestores e equipe Saúde JR.

Como resultado tivemos uma excelente receptividade, aceitação, participação e interação por parte do grupo de gestores, com pedidos de realização de outros encontros. De nossa parte observamos um grupo surpreso inicialmente, que com o desenrolar dos acontecimentos se sentiu confiante e a vontade, e ao final o resultado positivo superou as expectativas deles, quanto as nossas. Muitos pediram para que houvesse uma continuidade do trabalho e para que o trabalho também fosse feito nas Unidades com os demais profissionais da ponta.



Informamos aos mesmos que, de acordo com solicitação da Coordenação a primeira Unidade a ser contemplada seria o Décio Amaral Filho com três encontros semanais com os agentes comunitários de saúde.

Nas datas de 03, 10 e 17 de Outubro realizamos os encontros com os agentes comunitários. No primeiro encontro tivemos excelente número de participantes e ótima aceitação e participação por parte dos mesmos. Fizemos apresentação, dinâmica de relaxamento, depoimentos de experiências pessoais e círculos. Foi oferecido um lanche. No final se mostraram bastante surpresos, pois imaginavam ser uma reunião segundo suas próprias palavras, para cobranças e reclamações.

No segundo encontro tivemos uma menor adesão em relação ao número de participantes, o que nos causou certa apreensão. Repetimos a metodologia do primeiro encontro. Porém nos círculos fizemos perguntas focando o tema acolhimento. Os ACSs que compareceram fizeram uma mesa de lanche e tiveram a mesma postura de participação, aceitação e confiança do primeiro dia de encontro.

No terceiro encontro tivemos um número maior de participantes que no segundo encontro, abertura pelo Laboratório de Convivência onde foi sugerido a todos os integrantes falarem como estavam se sentindo após essa experiência; um círculo maior com todos os participantes; dinâmica da mala para expor como chegaram e como estavam saindo, confraternização e depoimentos de agradecimentos



por parte dos agentes comunitários. Os agentes fizeram uma mesa de lanche e ofertaram lembrancinhas aos integrantes da equipe JR Saúde, o que surpreendeu deixou um sentimento de satisfação ao grupo.”

Claudia Santos

Roberta Costa

João Roberto Santos

Andrea Soares

Lindauria Nascimento

Patricia

Renata Teixeira da Cruz

Ana Brochado

Luciana Ribas



“Justiça restaurativa e educação: criando novos repertórios

O Núcleo a Educação é composto por 5 Unidades Escolares no território de Santa Cruz.

A Justiça Restaurativa nos convida a pensar as relações e os campos de tensão, treinando a escuta ativa e tornando-se uma ferramenta para a transformação dessas relações. Pensar em processos de transformação, em potências e potencialidades desenvolvidas em conjunto.

A justiça, as práticas e abordagens restaurativas têm sido utilizadas para criar um espaço seguro, no qual todos se sintam pertencentes e responsáveis pelo bem-estar dos demais, sem perder de vista a dimensão humana do ser.

Temos um Plano de Ação, conectando justiça e educação:

- sensibilização e formação dos atores envolvidos;
- resolução de conflitos por meio de procedimentos restaurativos;
- articulação da rede de apoio.

Enfim, somos convidados a pensar as próprias violências e as presentes nas convivências. O desafio consiste em incluir a todos na resolução do conflito, acolhendo e oferecendo a escuta, envolvendo-os na busca por mudanças de comportamento no espaço escolar, como território em potencial de convivência que implica na qualidade das relações.”

Patrícia Mendonça de Assis
Professor II, Assistente I na 10ª CRE



E A PARTE QUE FALA DOS AVANÇOS QUALITATIVOS...

Nos depoimentos registrados no decorrer desta publicação é possível perceber que intensas transformações pessoais foram vivenciadas no mais potente *locus* do ser humano: no sentido, no sentir e no propósito de se relacionar.

Tantos foram os encontros ... tantas foram as inquietações ... despertar de outras concepções e novas consciências sobre a condição humana se fizeram presentes em cada história contada ... um revistar das crenças que aprisionavam a ideia de Justiça em um lugar tão distante da possibilidade de buscarmos o poder com o outro. Este poder que pode trazer novos combinados de convivência que lidem de maneira efetiva com questões conflituosas e violentas.

Um diálogo social que foi possível pela iniciativa pioneira da empresa Ternium que se percebe parte de uma comunidade e compreende a sua responsabilidade em construir novos caminhos para lidar com lacunas sociais. Que mostrou na prática que parceria se faz com diálogo, cooperação e compromisso com a dignidade humana, buscando durante todo o processo considerar que sentimentos e necessidades são a base de relações justas.

Uma experiência que ensina e inspira e que traz indicativos e referências para questões da atualidade. Muito mais que um apoio, a Ternium com sua concepção de relacionamento com o território que habita, apresenta uma mudança significativa de paradigma no que se refere a construir outras maneiras de viver a Justiça Social.

Um diálogo social que foi possível pela entrega e dedicação de 53 pessoas que mergulharam no misterioso mundo da Justiça Restaurativa. Que através de suas fragilidades, que com coragem e ousadia, desvelaram, principalmente para si, encontraram em seus dons e em suas potências a força para (re) inaugurar outras formas de se relacionar.

Não há dúvida que este caminho só esta começando e ter a certeza disso é um resultado significativo. Quanto mais tivermos a consciência de

que buscar transformações de realidades precisa de atenção e prontidão constante, mais coerente serão as ações e mais verdadeiras serão as análises do desenvolvimento da proposta.

A busca é que o projeto avance sempre preenchido pelo que sentimos, refletimos e descobrimos. Que o diálogo seja com as realidades e que estas nos tragam os reais indicativos do que deve ser mantido e do que deve ser modificado. Assim, seguiremos com a certeza que a Justiça Restaurativa está viva e pode contribuir com uma Santa Cruz mais humana, possível e feliz.



SOBRE A AUTORA E ORGANIZADORA DA PUBLICAÇÃO

Monica Mumme – Psicóloga. Diretora do Laboratório de Convivência. Responsável pela implementação de políticas públicas em Justiça Restaurativa. Idealizadora da metodologia de expansão de Justiça Restaurativa. Formadora em Justiça Restaurativa e procedimentos restaurativos. Coordenadora de projetos sobre convivência justa e pacífica. Facilitadora de Círculos de Construção de Paz.

Coordenadora do projeto Justiça Restaurativa em Santa Cruz, desenvolvido em parceria com a Ternium Brasil.



